e estruturado pela Lei nº 6.564, de 1º de agosto de 2003, é uma autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com sede e foro em Belém, Capital do Estado do Pará, vinculado à Secretaria Especial de Estado de Gestão, com patrimônio e receitas próprias, gestão administrativa, técnica, patrimonial e financeira descentralizada, tendo por finalidade a gestão dos benefícios previdenciários do Regime Estadual de Previdência e do Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará.

Considerando as atribuições legais do Presidente desta Autarquia como o principal supervisor e coordenador das atividades do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, conforme o Decreto nº 1.751/2005. Considerando o Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAE nº 2020/688590), instaurado através da PORTARIA Nº 286 de 21 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 34.321 de 24/08/2020, em desfavor da empresa PROJEBEL SERVIÇOS COMÉRCIO LTDA (CNPJ nº 02.295.753/0001-05), em vistas a apuração da prática de atos lesivos à Administração Pública Estadual no bojo do Contrato Administrativo nº 05/2016.

Considerando a prorrogação de prazo do PAR em comento através da PORTARIA Nº 63 de 15 de fevereiro de 2021, publicada no Diário Oficial do Estado do Pará nº 34.493 de 16/02/2021;

Considerando a realização parcial da fase instrutória, oportunizando a produção das provas ora solicitada pela empresa investigada e exercício da ampla defesa e contraditório de todos os mencionados no feito;

Considerando que no Processo Administrativo de Responsabilização cabe à Administração Pública buscar pela verdade real, não ficando adstrita ao que alegaram ou provaram os interessados, pois o que move é o interesse público e não um interesse iminentemente parcial;

Considerando o teor do pedido de suspensão da contagem do prazo em curso pelo período de 02 (dois) meses – 60 (sessenta) dias, a contar de 16 de agosto de 2021, por motivos de força maior, e consequente solicitação de prorrogação para conclusão dos trabalhos investigativos pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias realizado pelo Presidente da Comissão Processante nomeada ao feito, em razão da alegação de necessidade de licença prêmio para tratar de assuntos atinentes à saúde, bem como da carência da realização de outras diligências investigativas almejando a finalização da fase instrutória e verdade real;

Considerando que no correr investigativo compete à Comissão Processante a apreciação e sopesamento das alegações e eventuais provas a que estejam sendo produzidas no intuito de formação da convicção para o julgamento;

Considerando que o prazo final para conclusão dos trabalhos dar-se-ia em data de 15 de agosto de 2021, a contar da publicação da referida PORTARIA Nº 63 de 15 de fevereiro de 2021, sendo que tal prazo vislumbra-se como exigiu para a conclusão investigativa dada a relevância de se produzir novas provas ao feito;

Considerando que o afastamento do Presidente da Comissão para tratar de assuntos de saúde implica diretamente na execução dos trabalhos de apuração administrativa;

Considerando que a legislação pertinente aos processos de responsabilização administrativa (Decreto nº 2.289/2018) fixa hipótese de suspensão da contagem de prazo em caso de força maior, especificamente no art. 12, parágrafo único, inciso IV;

Considerando, outrossim, que em relação à possibilidade de prorrogações, o art. 10, §3º do Decreto nº 2.289/2018 e o art. 10, §§3º e 4º da Lei nº 12.846/2013 preveem;

Considerando que a Autoridade Máxima da entidade lesada, possui competência para instaurar o Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, bem como para suspender e prorrogar o devido processo, nos moldes do que determina o art. art. 10, § 3º e 12 do Decreto Estadual nº 2.289/2018.

Sendo assim, o Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha, matrícula nº 5945964/2, como Autoridade Máxima desta Autarquia.

RESOLVE:

Art. 1º Suspender por 60 dias, a contar da data de 13 de agosto de 2021, o curso da contagem do prazo do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR em face da empresa PROJEBEL SERVIÇOS COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.295.753/0001-05, o qual apura possíveis irregularidades praticadas na execução do Contrato Administrativo nº 22/2018.

Art. 2º Prorrogar, após encerrada a suspensão e finalizado o prazo regular do PAR, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, o Processo Administrativo de Responsabilização – PAR em face da empresa PROJEBEL SERVIÇOS COMÉRCIO LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.295.753/0001-05, o qual apura possíveis irregularidades praticadas na execução do Contrato Administrativo nº 22/2018.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua edição, revogadas as disposições em contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará, 13 de agosto de 2021.

ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 692343

PORTARIA Nº 503 DE 13 DE AGOSTO DE 2021

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Governamental de 29/06/2020, publicado no DOE nº 34.267, de 30/06/2020.

CONSIDERANDO que o Decreto nº 870, de 04 de outubro de 2013, dispõe sobre a supervisão, fiscalização e acompanhamento da execução dos contratos, convênios e termo de cooperação firmada pelos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Pará;

CONSIDERANDO que deverá ser designado um fiscal de contrato, convênio ou termo de cooperação; e

CONSIDERANDO os termos do Despacho da Coordenadoria de Administração e Serviços, que dispõe sobre a Substituição de Fiscal de Contrato, nos autos do Processo Administrativo Eletrônico nº 2019/556632;

RESOLVE:

I – SUBSTITUIR na PORTARIA Nº 461/2021, de 03/08/2021, publicada no DOE nº 34.658, de 04/08/2021, referente ao Processo Administrativo Eletrônico nº 2019/556632, como Fiscal do Contrato Administrativo nº 004/2020, firmado com a empresa NORTE TURISMO LTDA EPP, CNPJ nº 05.570.254/0001-69, a servidora Lorena Sousa Ferreira, matrícula nº 80846521/3, ocupante do cargo em comissão de Gerente, lotada no Gabinete da Presidência, pelo servidor Edvaldo de Almeida Pinto, matrícula nº 5946380/2, ocupante do cargo em comissão de Coordenador de Núcleo Regional, lotado no Núcleo Regional de Marabá.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará, 13 de agosto de 2021.

ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA

Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 692254

O Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará – IGEPREV, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto Governamental de 29/06/2020, publicado no DOE nº 34.267, de 30/06/2020.

Considerando o regular andamento e atual estado de homologação do certame; Considerando, outrossim, o teor do Ofício nº 01223/2021/SEGER-TCE, encaminhado pelo Tribunal de Contas do Estado e ciente em data de 09/08/2021, no qual notifica o IGEPREV a respeito do deferimento de medida cautelar atinente à suspensão do certame licitatório Pregão Eletrônico nº 11/2021 – UASG 925403 e todos os atos dele decorrentes, até que o Tribunal delibere sobre o mérito da Representação nº 007257/2021, bem como, caso algum contrato já tenha sido firmado, que haja a abstenção desta Autarquia na prática de qualquer ato com vistas à sua execução até a deliberação definitiva da Corte de Contas;

Considerando que das razões expostas no bojo da decisão cautelar observam-se alguns argumentos, tais como: obrigatoriedade de parcelamento do objeto da contratação quando tiver natureza divisível; aglutinar serviços de outsourcing de impressão com serviços gráficos configura prática vedada pelo documento de Boas Práticas, Orientações e Vedações de Outsourcing de Impressão, vinculado à Portaria MP/STI nº 20 de 14 de junho de 2016 da Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Súmula 247 do TCU e incumbência dos agentes públicos em zelar pela ampla competitividade da licitação, em atenção aos princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

Considerando a possibilidade da Administração Pública se valer do seu poder de autotutela;

RESOLVE:

Por bem, REVOGAR todos os atos praticados no certame para que se realizem as diligências necessárias de revisão e adequação do Edital, possibilitando a abertura de novo processo licitatório em momento oportuno. Ilton Giussepp Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva
Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará

Protocolo: 692536

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE CONTRATO

Contrato Administrativo: nº 028/2020

Pregão Eletrônico: nº 07/2020 - IGEPREV

Processo: 2020/494421

Data da Assinatura: 02/08/2021

Vigência: 02/08/2021 a 31/03/2022

Exercício: 2021 e 2022

Objeto: O presente termo tem como objetivo a supressão de 12,12% (doze inteiros e doze centésimos por cento) do valor inicial do contrato, referente à redução do valor unitário do item 03, com fundamento na cláusula Décima Quarta do contrato administrativo, com fulcro no Art. 65, inciso I, "b", c/c seu §1º, da Lei n.º 8.666/93.

O custo global deste 1º Termo Aditivo é de R\$ 535.617,32 (Quinhentos e trinta e cinco mil e seiscentos e dezessete reais e trinta e dois centavos). Contratado: empresa ATLANTA RENT A CAR, com sede na Rua Oliveira Belo, nº 840, bairro do Umarizal, Belém/PA, inscrita no CNPJ nº 01.135.910/0001-44, neste ato representado por seu representante legal, ADISON MARINHO DE OLIVEIRA GOES.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Belém, 13 de agosto de 2021.

ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA

Presidente do Igeprev

Protocolo: 692541